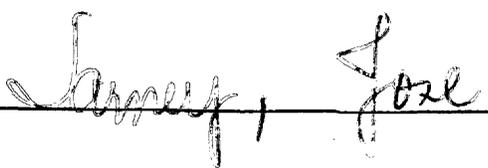


09 JUN 1989



A crise à vista

É preciso dar o devido desconto aos elogios que o presidente José Sarney faz à sua obra de governo. Vem querer lembrar o dito popular sobre o auto-elogio, será sempre preciso convir em que outros presidentes colocaram sonegadores na cadeia (sem desorganizar tanto a economia) e procederam da mesma maneira à liquidação extrajudicial de bancos e corretoras de valores. Da mesma maneira, é preciso ver que, historicamente, o mérito (se mérito econômico existe no fato) de o salário mínimo ter passado ao equivalente a 100 dólares norte-americanos cabe mais ao Congresso e menos ao presidente, pois foi no Congresso que se iniciou a proposta que o Executivo, por alguns momentos, esteve propenso a vetar, consciente do risco que a imposição de um salário mínimo de 120 cruzados novos representa para o setor público da economia.

Essas ressalvas não impedem se reconheça ter o presidente Sarney carradas de razão quando chama atenção da opinião pública para as dificuldades que a Constituição em vigor desde outubro cria para o governo (em geral). Nesse sentido, a entrevista que o presidente da República concedeu a uma rede de televisão simplesmente repete quanto o sr. José Sarney vem dizendo desde 1988 a respeito do fato de a Carta Magna (então em elaboração) poder tornar o país ingovernável. A maioria das advertências do chefe de Estado diziam respeito aos encargos que a Assembléia Nacional Constituinte estava criando para a iniciativa privada e o próprio Estado, sem atentar para as repercussões econômicas, ou para a necessidade de aumentar a receita governamental a fim de o Executivo poder atender aos novos encargos que lhe eram impostos. À época, o presidente Sarney levantou a possibilidade de o custo da nova Constituição chegar a um trilhão de cruzados (hoje, um bilhão de cruzados novos), repartidos entre a oneração de custos de

produção com a introdução da semana de 44 horas de trabalho, do aumento do percentual pago por horas extras, do estabelecimento do horário contínuo de seis horas etc., e o que passaria a representar para os cofres do Estado o aumento de despesas previdenciárias.

As advertências do presidente à época não levavam em conta a situação que se iria criar entre os dois poderes, Executivo e Legislativo, quando a Constituição fosse promulgada. Hoje, o chefe do Executivo tem bem presente o sistema que foi montado pela Carta Magna — e sabe que o País se defronta com um tipo de regime especial, pelo qual o Congresso tem poderes, que retirou do Executivo, mas não a obrigação formal de exercê-los, ou a possibilidade de ser responsabilizado pelo emperramento da máquina governamental provocado por esse *ter poder* que não se exerce.

Somados os aspectos econômico-financeiros com os institucionais, o resultado aponta para aquilo que já em julho de 1988 o presidente dizia ser um país ingovernável. O Brasil ficará ingovernável, disso estamos certos, não apenas pela falta de credibilidade que assalta o Executivo, mas pela crise que, consciente ou inconscientemente, os membros do Congresso vão armando, peça por peça, ao agitar a bandeira de seus poderes, ou exercê-los, paralisando a administração. Um país, afinal, deve ser governado, e é a administração que o governa...

O caso da Previdência Social é típico. A Constituição criou normas que oneram o orçamento da Previdência. O Executivo tentou — cabe reconhecê-lo — passar ao lado delas, desvinculando os benefícios do salário mínimo. Ao mesmo tempo, para cobrir metade do déficit real, aumentou as contribuições de trabalhadores e empresas. O Congresso, ao que se sabe, pretende restabelecer a vinculação entre os benefícios e o salário mínimo (o que é de

justiça, aliás), mas ao mesmo tempo não quer aprovar os aumentos de contribuições. O déficit, assim, continuará monstruoso, e os aposentados e beneficiários do sistema correrão o risco de nada receber. Outro assunto típico do risco de des-governo com grave perigo para o funcionamento da máquina administrativa e da credibilidade do país no Exterior, é a tentativa, que se esboça no Senado, de forçar a Mesa da Câmara Alta a ir ao Supremo Tribunal Federal contestar a constitucionalidade de acordos firmados com o FMI antes da promulgação da Constituição de 1988. Isso, sem contar que o Congresso virará céus e terras para fazer que qualquer novo acordo que venha a ser assinado *agora*, imprescindível para que se possa pôr em ordem as contas externas, seja ratificado por um Senado marcado pela demagogia e pelo nacionalismo.

Esses são exemplos do que pode acontecer e em alguns casos irá fatalmente acontecer. Há os casos do que já aconteceu: a falta de entusiasmo do Congresso em assumir suas responsabilidades no tocante à lei de greve, obrigando o Executivo a reeditar Medidas Provisórias não apreciadas; a pouca vontade do Congresso em discutir a questão da demissão de funcionários públicos; a evidente má vontade do Congresso em discutir e aprovar um programa de privatização e assim por diante.

Por mais estranho que pareça ver o chefe de Estado dizer que a Constituição que prometeu cumprir torna o país ingovernável, na verdade o que está acontecendo é isso. A crise institucional está à vista, pois. O grave é que ninguém se preocupe em dar-lhe solução democrática adequada, enquanto muitos, senão todos, imaginem ser possível ir levando uma situação dessas "com a barriga", como se fosse o caso de uma duplicata de pequeno valor que pode deixar de ser paga...